

MEIO TÉCNICO-CIENTÍFICO E URBANIZAÇÃO: TENDÊNCIAS E PERSPECTIVAS *

Milton Santos

Professor Titular de Geografia Humana — FFLCH-USP

O fato de que o processo de transformação da sociedade industrial em sociedade informacional não se completou inteiramente em nenhum país, faz com que vivamos, a um só tempo, um período e uma crise, e assegura, igualmente, a percepção do presente e a presunção do futuro, desde que o modelo analítico adotado seja tão dinâmico quanto a realidade em movimento e reconheça o comportamento sistêmico das variáveis novas que dão uma significação nova à totalidade.

Nesse exercício, o ponto de vista adotado aqui é, sobretudo, o de nosso campo de estudo, isto é, o do espaço territorial, espaço humano. Mas a interdependência, ao nível global, dos fatores atuais de construção do mundo deve assegurar às propostas aqui avançadas um certo interesse no que toca às demais ciências sociais. Com a globalização do mundo, as possibilidades de um enfoque interdisciplinar tornam-se maiores e mais eficazes, na medida em que à análise fragmentadora das disciplinas particulares pode mais facilmente suceder um processo de reintegração ou reconstrução do todo. Nesse processo de conhecimento, o espaço tem um papel privilegiado, na medida em que ele cristaliza os momentos anteriores e é o lugar de encontro entre o passado e o futuro, mediante as relações sociais do presente que nele se realizam. Desde que um enfo-

que particular se proponha com uma visão contextual, deve ser possível, através da soma de estudos setoriais, recuperar a totalidade. E a globalização das relações sociais, assim como o caráter aparentemente irrecorrível da modernidade atual são, por outro lado, dados que devem permitir uma visão prospectiva.

Algumas idéias de base parecem, desde logo, importantes. A primeira é a questão da crise, da crise não apenas como uma transição entre períodos, mas da crise como período. Durante a história dos países subdesenvolvidos, dentro do sistema capitalista, esta é talvez a primeira ocasião na qual estamos diante de um momento de crise e que também se caracteriza como um período, na medida em que as variáveis que definem essa crise são também as variáveis que chegam para ficar, dando um novo caráter às realidades que nos cercam.

Um outro dado a sublinhar é o fato de que, agora, mais que em qualquer outro momento da história da humanidade, graças à mundialização capitalista, há uma solidariedade das mutações em plano mundial; e essa solidariedade é, em grande parte, administrada. A administração da solidariedade, seja como colaboração entre países e firmas ou como nova forma de dependência, é um dado fundamental no

* Comunicação apresentada no Seminário *Brasil Século XXI*, Seção "Campo e cidade na virada do século", UNICAMP, 04 de abril de 1989.

entendimento do que se passa, sobretudo nos países subdesenvolvidos.

Em terceiro lugar, devemos salientar que as mutações urbanas a que assistimos, muitas delas mais qualitativas que mesmo materiais, aparecem como parte das mutações concomitantes da sociedade e do espaço.

O meio técnico-científico

A fase atual, do ponto de vista que aqui nos interessa, é o momento no qual se constitui, sobre territórios cada vez mais vastos, o que se chamará de meio técnico-científico, isto é, o momento histórico no qual a construção ou reconstrução do espaço se dará com um conteúdo de ciência e de técnica.

O meio natural era aquela fase da história na qual o homem escolhia da natureza aquilo que era fundamental ao exercício da vida e valorizava diferentemente essas condições naturais, as quais, sem grande modificação, constituíam base material da existência do grupo. O fim do século XVIII e, sobretudo, o século XIX vêem a mecanização do território; o território se mecaniza. Podemos dizer que esse momento é o momento da criação do meio técnico, que substitui o meio natural. Já, hoje, é insuficiente ficar com essa categoria e é preciso falar de meio técnico-científico, que tende a se superpor em todos os lugares, ainda que diferentemente, ao meio geográfico.

A partir sobretudo do fim da Segunda Guerra Mundial, o território vai se mostrando cada dia que passa com um conteúdo maior em ciência, em tecnologia e em informação. Desse modo, as remodelações que a ele se impõem, tanto no meio rural, quanto no meio urbano, não se fazem de forma indiferente quanto a esses três dados.

Isso traz, em conseqüência, mudanças importantes, de um lado, na composição

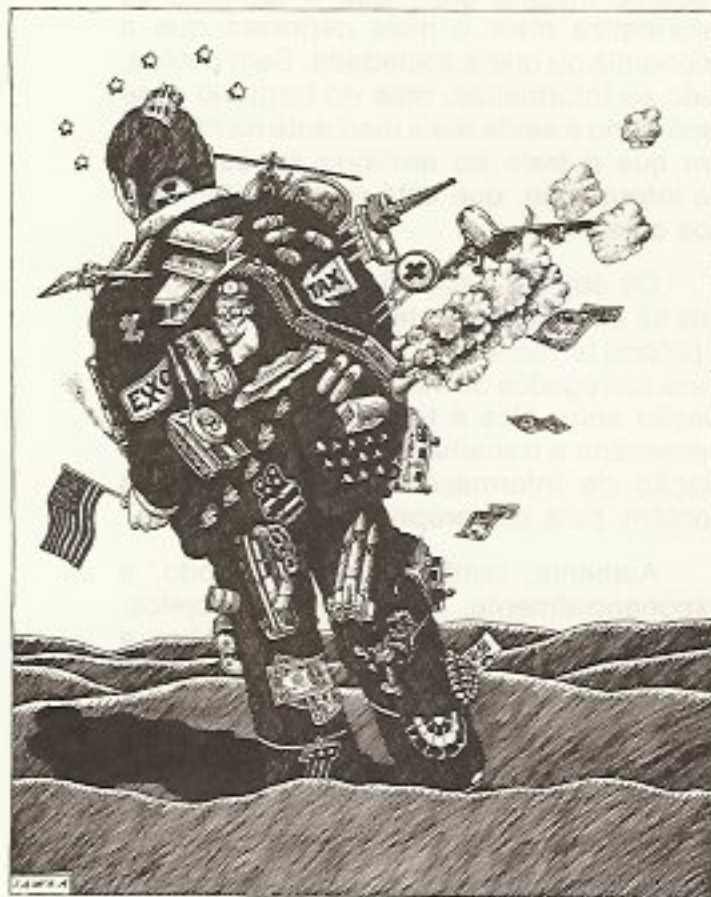
técnica do território e, de outro lado, na composição orgânica do território, graças à cibernética, às biotecnologias, às novas químicas, à informática e à eletrônica. Tudo isso faz com que o território contenha, cada dia que passa, mais e mais ciência, mais e mais tecnologia, mais e mais informação. Isso se dá de forma paralela à cientificização do trabalho. O trabalho se torna cada vez mais científico e se dá também, em paralelo, a uma informatização do território. Pode-se mesmo dizer que o território se informatiza mais e mais depressa que a economia ou que a sociedade. Sem dúvida, tudo se informatiza, mas no território esse fenômeno é ainda mais marcante na medida em que o trato do território supõe o uso da informação, que está presente também nos objetos.

Os objetos geográficos, cujo conjunto nos dá a configuração territorial e nos define o próprio território, são, cada dia que passa, mais carregados de informação. E a diferenciação entre eles é tanto a da informação necessária a trabalhá-los, quanto a diferenciação da informação que eles próprios contêm, pela sua própria realidade física.

Aumenta, também, neste período, e exponencialmente, o número de objetos. Nos últimos 30 anos criaram-se sobre a face da Terra mais objetos do que nos 30 mil anos anteriores. O fato de que os objetos criados são dotados de intencionalidade específica, o que não era obrigatoriamente um fato nos períodos históricos anteriores, faz com que o número de fluxos sobre o território se multiplique também. Com objetos muito numerosos e diferentes, temos, então, um aumento do número de fluxos, que esses objetos ficam em medida de acolher ou emitir, tanto do ponto de vista qualitativo quanto do ponto de vista quantitativo. O território, por conseguinte, muda de definição.

Juntemos a esse um outro dado: os objetos atuais nascem com uma vocação

mercantil, diferentemente dos outros objetos, vindos dos períodos anteriores. Da totalidade dos objetos surgidos, alguns têm uma vocação simbólica, mas a maior parte tem uma vocação mercantil de modo que tanto mais especulativa é a especialização das funções produtivas, quanto mais alto o nível do capitalismo e dos capitais envolvidos naquela área; e há, correlativamente, tendência a fluxos mais numerosos e qualitativamente diferentes.



Dai uma especialização extrema de tarefas no território segundo uma vasta tipologia das produções, que é tanto mais sutil e necessária porque essas produções não são um dado puramente técnico: toda produção é técnica mas também sócio-econômica. Há, por isso, uma subdivisão e diferenciação extrema dessas produções.

É por isso que o território nacional tende a uma especialização cada vez maior. Durante muito tempo se escreveu — no caso brasileiro — que o campo era hostil ao capital, um obstáculo à sua difusão, mas o que nós vemos é o contrário, o campo não é hostil ao capital, mas um campo que acolhe o capital novo e o difunde rapidamente, a tal ponto que o contágio do capital e tudo o que ele acarreta, isto é, novas formas tecnológicas, novas formas organizacionais, novas formas ocupacionais, aí rapidamente se instalam. É uma tendência que claramente se nota nas áreas economicamente mais avançadas, mas que também já se faz presente em subespaços menos avançados.

Essas especializações do território, do ponto de vista da produção material, é que são a raiz das complementaridades regionais: há uma nova geografia regional que se desenha na base da nova divisão territorial do trabalho que se impõe. Essas complementaridades fazem com que, em consequência, criem-se necessidades de circulação, que vão se tornar frenéticas dentro do território brasileiro na medida em que avança o capitalismo; uma especialização territorial que é tanto mais complexa quanto for grande o número de produtos e a diversidade de sua produção.

Estamos diante de um novo patamar quanto à divisão territorial do trabalho. Esta se dá de forma mais profunda e esse aprofundamento leva a mais circulação e mais movimento em função da complementaridade necessária. Mais circulação e mais movimento permitem de novo o aprofundamento da divisão territorial do trabalho e isso cria, por sua vez, mais especialização do território. O círculo, nesse caso, virtuoso (ou será vicioso?), amplia-se.

O fato de o espaço ser chamado a ter cada vez mais um conteúdo em ciência e

técnica traz consigo uma quantidade de conseqüências, a primeira das quais, certamente, é uma nova composição orgânica do espaço, pela incorporação mais ampla de capital constante ao território e a presença maior desse capital constante na instrumentalização do espaço, ao mesmo tempo em que se dão novas exigências quanto ao capital variável indispensável (instrumentos de produção, sementes selecionadas, fertilizantes adequados, pesticidas etc). Como conseqüência das novas condições trazidas pelo uso da ciência e da técnica na transformação do território, há uma maior expressão do assalariado em formas diversas (segundo as regiões), uma necessidade maior de capital adiantado, o que vai explicar a enorme expansão do sistema bancário. O mapa respectivo mostra como o território do Brasil se cobre cada vez mais de presença de bancos, de tal maneira que arriscamos dizer que se nos anos 50 o nexos que explicava de certa forma a expansão capitalista no território e a urbanização era o consumo, desde os fins dos anos 70 esse nexos é dado pelo crédito. De tal forma que poderíamos falar de uma creditização do território, que dará uma nova qualidade ao espaço e à rede urbana.

Cabe, igualmente, lembrar que nesta fase se corporifica aquela antevisão de Marx, segundo a qual, quando fosse vigente o trabalho universal, isto é, o trabalho intelectual que é a forma de universalização da produção, teríamos uma maior área de produção com uma menor arena da produção. Isto é, a produção em todas as suas instâncias se dá em áreas maiores do território, enquanto o processo produtivo direto se dá em áreas cada vez menores. Essa é uma tendência facilmente assinalável no território brasileiro, e que se torna possível, em boa parte, pela possibilidade agora aberta à difusão das mensagens e ordens em todo o território nacional, através dos enormes progressos obtidos com as teleco-

municações. A creditização do território, a dispersão de uma produção altamente produtiva, não seriam possíveis sem a informatização do espaço brasileiro. O território é hoje possível de ser usado através do conhecimento simultâneo das ações empreendidas nos diversos lugares, por mais distantes que eles estejam. Isso permite, também, a implantação de sistemas de cooperação bem mais largos, amplos e profundos, agora associados mais estreitamente a motores econômicos de ordem não apenas nacional, mas também internacional. De fato, os eventos são, hoje, dotados de uma simultaneidade que se distingue das simultaneidades precedentes pelo fato de ser movida por um único conjunto motor, a mais-valia ao nível mundial que é, em última análise, responsável direta ou indireta pela forma como os eventos se dão sobre os diversos territórios. Essa unificação se dá em grande parte através do nexos financeiro e conduz a uma reformulação do espaço à escala mundial.

No caso do Brasil, o ajustamento do espaço às novas condições do período tem dados particulares, que são ao mesmo tempo fatores de implantação e de aceleração do processo. Um deles é o modelo econômico, do qual um subtítulo é o modelo exportador que veio criar para o País, nas áreas mais ricas, a presença de uma estabilidade no crescimento com a presença de culturas agrícolas modernas e que têm como paralelo uma maior estabilidade no crescimento das aglomerações urbanas correspondentes. Esse modelo exportador agrava a sua ação em função da dívida, cuja influência aprofunda os efeitos do modelo econômico precedentemente estabelecido.

Podemos dizer que no Sudeste brasileiro é, já agora, exemplar a presença desse meio científico-técnico, cujo retrato tentei esboçar de forma incompleta.

Algumas características da nova urbanização

Tudo isso traz como conseqüência uma nova urbanização brasileira. Um dos elementos fundamentais de sua explicação é o fato de que no Brasil aumentou, exponencialmente, a quantidade de trabalho intelectual. Não se dirá com isso que a população brasileira tenha se tornado culta, mas ela se tornou mais letrada. O fato de que tenha se tornado mais letrada está em relação direta com a realidade em que vivemos neste período científico-técnico, onde a ciência e a técnica estão presentes em todas as atividades humanas. Nessas condições, a quantidade de trabalho intelectual solicitada é enorme, sobretudo porque a produção material diminui em benefício da produção não-material. Tudo isso conduz à amplificação da terciarização que, nas condições brasileiras, quer dizer também urbanização.

Por outro lado, o consumo no Brasil é ampliado. A gama de artigos de consumo aumenta enormemente. A expansão do consumo da saúde, da educação, do lazer, é paralela à do consumo das batadeiras elétricas, televisores, e de tantos outros objetos; do consumo das viagens, das idéias, das informações, do consumo das esperanças, tudo isso buscando uma resposta concentrada que leva à ampliação do fenômeno da urbanização, sobretudo, porque ao lado do consumo consumptivo, que se esgota com ele próprio, criam-se no mundo agrícola formas novas de consumo produtivo. Quer dizer, ao consumo consumptivo que se ampliou, corresponde, também, uma ampliação do consumo produtivo, através dessa incorporação de ciência, técnica e informação ao território rural. A conjunção desse consumo consumptivo e produtivo amplia a escala de urbanização.

Na medida em que o campo se moderniza, requerendo máquinas, implementos,

componentes, insumos materiais e intelectuais, indispensáveis à produção, o mecanismo territorial da oferta e da demanda de bens e serviços tende a ser substancialmente diferente da fase precedente. Antes, o consumo do campo e das localidades propriamente rurais era, sobretudo, um consumo consumptivo, tanto mais expressivo quanto maiores as sobras disponíveis, estas em função da importância dos rendimentos e salários, e, pelo contrário, tanto menos expressivo quanto maior a taxa de exploração, mais extensas as formas pré-capitalistas, mais significativo o coeficiente de auto-subsistência. Com a modernização agrícola, o consumo produtivo tende a se expandir e a representar uma parcela importante das trocas entre os lugares da produção agrícola e as localidades urbanas. A presença de agro-indústrias é um fator suplementar de complexidade.

O consumo consumptivo cria uma demanda heterogênea segundo os níveis de renda, mas comparável segundo as mesmas possibilidades de demanda. A arquitetura do sistema urbano tende a se reproduzir; o que varia é a distância entre os núcleos do mesmo nível, que dispõem de equipamentos mercantis comparáveis. Essa distância será tanto maior — e a acessibilidade aos bens e serviços tanto menor — quanto for menor a demanda gerada na região. Ao contrário, a demanda local sendo maior, a distância entre os núcleos provedores tenderá a ser menor, e a acessibilidade, portanto, maior.

O consumo produtivo cria uma demanda heterogênea segundo os subespaços. Os equipamentos mercantis são diferentes. A arquitetura dos diversos subsistemas é, desse modo, diversa. Há, na realidade, superposição dos efeitos do consumo consumptivo e do consumo produtivo, contribuindo para aumentar a importância dos centros urbanos, fortalecendo-os, tanto do ponto de vista demográfico, quanto do ponto de vista econômico, enquanto a divi-

são do trabalho entre cidades se torna mais complexa. É assim que vamos ter no Brasil um número crescente de cidades com mais de 100 mil habitantes, o novo limiar da cidade média. Há três ou quatro decênios, as cidades médias eram as que tinham cerca de 20 mil habitantes.

Por outro lado o sistema urbano é modificado pela presença de indústrias agrícolas não urbanas, freqüentemente firmas hegemônicas, dotadas não só de capacidade de adaptação à conjuntura extremamente grande como da força de transformação da estrutura, porque têm o poder da mudança tecnológica, da transformação institucional. Com forte influência junto ao Estado, terminam por mudar as regras do jogo da economia e da sociedade à sua imagem. Dotadas de uma capacidade de inovação que as outras não têm, fazem com que o território passe a ser submetido a tensões muito mais numerosas e profundas, pulsações que, vindas de grandes firmas, se impõem sobre o território levando à tendência a mudanças rápidas e brutais dos sistemas territoriais em que se inserem.

As cidades locais mudam de conteúdo. Antes, eram as cidades dos notáveis, hoje se transformam em cidades econômicas. A cidade dos notáveis, onde as personalidades marcantes eram o padre, o tabelião, a professora primária, o juiz, o promotor, o telegrafista, cede lugar à cidade econômica, onde são imprescindíveis o agrônomo (que antes vivia nas capitais), o bancário, o piloto agrícola, o especialista em adubos, o responsável pelos comércios especializados.

A cidade torna-se o *locus* da regulação do que se faz no campo. É ela que assegura a nova cooperação imposta pela nova divisão do trabalho agrícola. Porque ela é obrigada a se afeiçoar às exigências do campo, respondendo às suas demandas cada vez mais prementes e dando-lhe respostas cada vez mais imediatas; como o campo se torna extremamente diferenciado

pela multiplicidade de objetos geográficos que o formam; pelo fato de que esses objetos geográficos têm, conforme já vimos, um conteúdo informacional cada vez mais distinto (o que se impõe porque o trabalho no campo é cada vez mais carregado de ciência); tudo isso faz com que as cidades locais deixem de ser a cidade no campo e se transformem na cidade do campo.

No sistema urbano, as categorias consideradas como homólogas, os níveis tidos como paralelos são cada vez mais diferenciados entre si. Desse modo, os desenhos com os quais enfeitávamos os nossos trabalhos e cuja arquitetura faz as delícias da razão planificadora, esse *design* das redes urbanas, das hierarquias funcionais do sistema urbano, assim como aqueles círculos que traçamos em torno de uma cidade para dizer que até ali vai a sua zona de influência, devem ser meditados segundo uma ótica diferente que leve em conta os novos mecanismos geográficos.

A rede urbana é cada vez mais diferenciada, cada vez mais complexa; cada cidade e seu campo respondem por relações específicas, próprias às condições novas de realização da vida econômica e social, de tal maneira que toda simplificação no tratamento dessa questão precisa ser superada.

Neste período em que há o fortalecimento das cidades intermediárias ligadas às novas formas de produção e consumo, um fato para o qual nem sempre temos voltado a nossa atenção, merece ser realçado; é que no Brasil se dá, ao mesmo tempo, uma tendência à metropolização e à desmetropolização. São tendências paralelas, o que nada tem de extraordinário, pois a época em que vivemos é um período onde o paradoxo é moeda corrente.

Há redistribuição, no território, das classes médias e dos pobres. O fato de as classes médias se redistribuírem territorialmente explica a importância das cidades

intermediárias; e por isso, desde 1960, as cidades intermediárias praticamente crescem tanto quanto as grandes cidades, ainda que estas já não cresçam da mesma maneira. São Paulo é que passa a ter um grande crescimento enquanto que o Rio de Janeiro diminui relativamente sua força de atração demográfica. Mas o crescimento das grandes cidades é também crescimento da pobreza.

É difícil, pois, continuar afirmando que, no Brasil, o espaço é estruturado a partir da indústria. O território passa a ser comandado a partir da capacidade de informação e são os fluxos de informação que são estruturadores do espaço, superpondo aquilo que, à maneira de Marx, chamo de círculos de cooperação dos circuitos espaciais da produção. Os circuitos espaciais da produção criam movimento de matéria e os circuitos de cooperação criam fluxos de informação, que são os novos estruturadores do espaço.

Por último, diria que dentro das cidades, sobretudo das grandes cidades, vai se dar aquilo que alguns autores haviam prematuramente visualizado nos anos 60, propondo a noção de "involução urbana" a partir do que era chamado de ruralização da cidade, isto é, a invasão de praxis rurais no meio urbano em virtude das numerosas e brutais correntes migratórias provenientes do campo. Hoje, porém, talvez se possa falar em uma involução metropolitana mas em outro sentido, na medida em que o grande número de pobres urbanos cria o caldo de cultura para que nas cidades, sobretudo nas grandes cidades, vicejem formas econômicas menos modernas, dotadas de menor dinamismo e com menor peso na contabilidade estatística do crescimento econômico.

São Paulo há muito tempo que cresce relativamente menos do que o País e cresce também menos do que o Estado de São Paulo, não propriamente em termos absolu-

tos, mas em termos proporcionais. Este, aliás, não é apenas um fenômeno paulista. Nas regiões de agricultura moderna, o crescimento econômico é, por razões múltiplas, maior que nas respectivas metrópoles. Estas são lugares onde se encontram enormes estoques de capital velho, na medida em que, no campo, a substituição de uma composição orgânica do capital a uma outra composição orgânica do capital é mais fácil do que, na cidade, a substituição de uma composição técnica a uma outra composição técnica do espaço. É muito mais caro arrasar um quarteirão, fazer uma nova avenida, um túnel, um viaduto, do que substituir, com incentivos financeiros e fiscais, máquinas, sementes e produtos químicos. Por outro lado, o fato de que os pobres vêm para a cidade e abandonam o campo modernizado leva à recriação no urbano de condições para utilização de infra-estruturas econômicas envelhecidas.

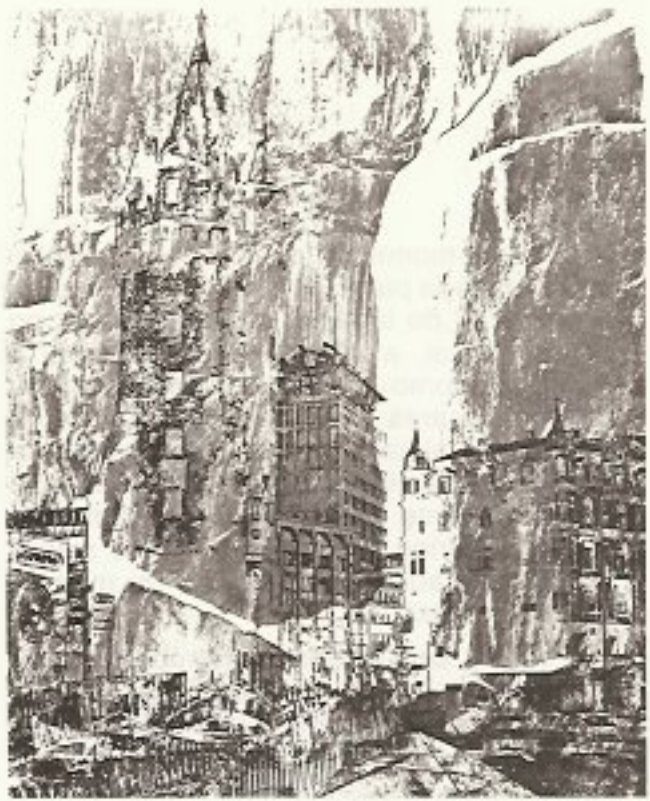
A urbanização também aumenta porque cresce a quantidade de agricultores residentes na cidade. O Brasil é um país que praticamente não conhecia o fenômeno de *village*. Pode-se dizer que as primeiras aldeias brasileiras nascem modernas, neste mesmo período, com a colonização na Amazônia e no Centro-Oeste. O Brasil é também um país onde vamos ter rapidamente uma população agrícola maior que a população rural; a população agrícola se torna maior que a rural exatamente porque uma parte da população agrícola é urbana em residência. Um complicador a mais para nossas velhas teorias de cidade-campo. A essa divisão social do trabalho ampliada, que leva a uma divisão territorial do trabalho ampliada, soma-se o fato de que as diferenciações regionais do trabalho também se ampliam.

Para Durkheim havia duas noções importantes para entender a chamada morfologia social (a denominação que ele queria atribuir à Geografia, como parte da Sociologia), as noções de densidade mate-

rial e densidade moral. A densidade material é dada pela densidade de população e pela densidade das obras dos homens, quer dizer, a materialidade. E a densidade moral é dada pela freqüência dos intercursos entre as pessoas, das inter-relações entre os homens; e ele chama também essa densidade moral de densidade dinâmica. À luz do nosso tempo, essas duas categorias continuam importantes para a compreensão da divisão territorial do trabalho, sem a qual é difícil falar de Geografia regional.

Ora, as cidades locais se especializam tanto mais quanto na área respectiva há possibilidades para a divisão do trabalho, tanto do ponto de vista da materialidade quanto do ponto de vista da dinâmica inter-pessoal. Quanto mais intensa a divisão do trabalho numa área, tanto mais cidades surgem e tanto mais diferentes são umas das outras.

Dentro do que freqüentemente consideramos como localidades do mesmo nível há uma diferenciação cada vez mais marcada, acompanhada de uma divisão interurbana do trabalho. É o que se verifica no Brasil em boa porção dos estados do Sudeste e Sul, com a distribuição de funções produtivas entre as cidades. Isso é possível porque os transportes se difundiram e à criação de grandes autopistas se soma, nas regiões mais desenvolvidas, uma criação tão grande ou maior de estradas vicinais; desse modo, a circulação se torna fácil e o território fluido. E essa fluidez do território tem como conseqüência uma acessibilidade (física e financeira) maior dos indivíduos. Na medida em que essa acessibilidade financeira é maior, os preços tendem relativamente a baixar e a parte disponível do salário tende relativamente a aumentar. Quanto maior a divisão territorial do trabalho, maior a tendência a consumir, a tendência a produzir, a tendência ao movimento, e a mais criação de riqueza.



Nas zonas onde a divisão do trabalho é menos densa, em vez de especializações urbanas, há acumulação de funções numa mesma cidade e, conseqüentemente as localidades do mesmo nível, incluindo as cidades médias, são mais distantes umas das outras.

A "dissolução" da metrópole

Houve, ao longo da história, quatro momentos do ponto de vista do papel e da significação das metrópoles. Quando o Brasil urbano era um arquipélago, pela ausência de comunicações fáceis entre as metrópoles, estas apenas comandavam uma fração do território, sua chamada zona de influência. Num segundo momento, há luta pela formação de um mercado único como uma integração territorial apenas no Sudeste e no Sul. Um terceiro momento é quando um mercado único nacional se constitui, e o quarto momento, o atual, conhece um ajustamento à crise desse mercado, que é um mercado único, mas segmentado; único e diferenciado, um mercado hierarquizado e articulado pelas firmas hegemônicas, nacionais e estrangeiras que comandam o território com apoio do Estado. Não é demais lembrar que mercado e espaço, mercado e território, são sinônimos. Um não se entende sem o outro.

Neste momento, a metrópole está presente em toda parte, e no mesmo momento. A definição do lugar é, cada vez mais, no período atual, a de um lugar funcional à sociedade como um todo. Os lugares seriam, mesmo, lugares funcionais de uma metrópole. E, paralelamente, através das metrópoles, todas as localizações tornam-se hoje funcionalmente centrais. O vaticínio de André Siegfried (*Aspects du XXème siècle*) vendo em cada lugar o centro do mundo, ter-se-ia realizado.

Antes, sem dúvida, a metrópole estava presente em partes do País. Digamos que o núcleo migrava para o campo e para a periferia, mas o fazia com defasagens e perdas, com dispersão das mensagens e ordens. Se ao longo do tempo, o espaço se tornava mais e mais unificado e mais fluido, todavia faltavam as condições de instantaneidade e de simultaneidade que somente hoje se verificam.

Mas ao contrário do que muitos foram levados a imaginar e a escrever, na sociedade informatizada atual nem o espaço se dissolve, abrindo lugar apenas para o tempo, nem este se apaga. O que há é uma verdadeira demultiplicação do tempo, devido a uma hierarquização do tempo social, graças a uma seletividade ainda maior no uso das novas condições de realização da vida social. Com isso, uma nova hierarquia se impõe entre lugares, uma hierarquia com nova qualidade, a partir de uma diferenciação muitas vezes maior do que aquela entre os diversos pontos do território.

A simultaneidade entre os lugares não é mais apenas a do tempo físico, tempo do relógio, mas do tempo social, dos momentos da vida social. Mas o tempo que está em todos os lugares é o tempo das metrópoles, que transmitem a todo o território o tempo do Estado e o tempo das multinacionais e das grandes empresas. Em cada outro ponto, nodal ou não, da rede urbana ou do espaço, temos tempos subalternos e diferenciados, marcados por dominâncias específicas.

Nenhuma cidade, além da metrópole, "chega" a outra cidade com a mesma celeridade. Nenhuma dispõe da mesma quantidade e qualidade de informações que a metrópole. Informações virtualmente de igual valor em toda a rede urbana não são igualmente disponíveis em termos de tempo. Sua inserção no sistema mais global de informações de que depende o seu próprio significado — depende, na maior parte das vezes, da metrópole. Está aí o novo princípio da hierarquia, pela hierarquia das informações... a um novo obstáculo, a uma inter-relação mais frutuosa entre aglomerações do mesmo nível, uma nova realidade do sistema urbano.

Os momentos que, no mesmo tempo do relógio, são vividos por cada lugar, sofrem defasagens e se submetem a hierarquias (em relação ao emissor e controlador dos fluxos diversos). Porque há defasagens, cada qual desses lugares é hierarquicamente subordinado. Porque as defasagens são diferentes para os diversos variáveis ou fatores, é que os lugares são diversos.

As questões do centro-periferia, como precedentemente colocadas, e a das regiões polarizadas, ficam, assim, ultrapassadas. Hoje, a metrópole está presente em toda parte, no mesmo momento, instantaneamente. Antes, a metrópole não apenas não chegava ao mesmo tempo a todos os lugares, como a descentralização era diacrônica: hoje a instantaneidade é socialmente sincrônica. Trata-se, assim, da verdadeira "dissolução da metrópole", condição, aliás, do funcionamento da sociedade econômica e da sociedade política.

Temos, agora, diante de nós, o fenômeno da "metrópole transacional" de que fala Helena K. Cordeiro. Esta é a grande cidade cuja força essencial deriva do poder de controle sobre a economia e o território, de atividades hegemônicas nela sediadas, capazes de manipulação da informação, da qual necessitam para o exercício do pro-

cesso produtivo em suas diversas etapas. Trata-se de um fato novo, completamente diferente da metrópole industrial.

O dado organizacional é o espaço de fluxos estruturadores do território e não mais, como na fase anterior, um espaço onde os fluxos de matéria desenhavam o esqueleto do sistema urbano.

No caso brasileiro, vale a pena insistir sobre essa diferença, pois em ambos os momentos a metrópole é a mesma: São Paulo. Nas condições de passagem de uma fase à outra, somente a metrópole industrial tem as condições para instalar as novas condições de comando, beneficiando-se dessas pré-condições para mudar qualitativamente. A metrópole informacional assenta sobre a metrópole industrial, mas já não é a mesma metrópole. Prova de que sua força não depende da indústria é que aumenta seu poder organizador ao mesmo tempo em que se nota uma desconcentração da atividade fabril.

Estamos diante do fenômeno de uma metrópole onipresente, capaz, ao mesmo tempo, pelos seus vetores hegemônicos de desorganizar e reorganizar, ao seu talento e em seu proveito, as atividades periféricas e impondo novas questões para o processo de desenvolvimento regional.

Em busca de novas horizontalidades

Conseqüência do que antes foi visto e tema de grande interesse é a relação entre território e mercado e como corolário a questão de saber se existe ainda a região como escalão intermediário. Será a região algo que nós mantemos no vocabulário porque as coisas velhas são tenazes? Ou só existiria o nível nacional e o local? Sem dúvida, a noção de região pode permanecer graças, de um lado, a dados infra-estruturais e, do outro lado, a dados supra-estruturais. Dados infra-estruturais: toda a materialidade preexistente que tem um certo papel de comando, conforme já vimos,

sobre a divisão do trabalho. Dados supra-estruturais: as iconografias que mantêm a idéia de região através da noção de territorialidade, que une os indivíduos herdeiros de um pedaço de território; uma determinada fração de espaço.

Mas é verdade também que, no Brasil, aquelas firmas oligopólicas, em número cada vez menor, que comandam o território, de alguma forma fragmentam o território em modo "vertical", porque a zona de mercado da grande firma não se integra por um processo de difusão por contigüidade, exceto numa parte do território a que chamamos de região concentrada do Brasil. No resto do País a sua área de mercado alcança certos pontos ou manchas de meio técnico-científico. Fora desse mercado privilegiado para as firmas hegemônicas, os interstícios são ocupados pelas zonas de mercado das firmas não hegemônicas. A área concentrada, onde o meio técnico-científico é contíguo, é formada pela maior parte dos estados do Sudeste e do Sul e parte do Centro-Oeste; há manchas desse meio técnico-científico, como o cerrado de Brasília, tendencialmente o centro-oeste da Bahia, partes do Nordeste, e há pontos do meio técnico-científico em todos os estados e nas cidades, sobretudo as médias. Há, pois, um recorte caprichoso da área preferencial de mercados das grandes firmas, que acompanha os grandes eixos de circulação fora da área concentrada, deixando para as outras firmas os interstícios. De modo que haveria uma repartição vertical e não horizontal do território, uma espécie de segmentação vertical do mercado enquanto território e uma segmentação vertical do território enquanto mercado, na medida em que os diversos agentes sociais e econômicos não utilizam o território de forma igual. Isso representa um desafio às planificações regionais, na medida em que as grandes firmas que controlam a informação e a redistribuem ao seu talento, têm um papel entrópico em relação às demais áreas e somente elas podem realizar a desejada

neg-entropia. O espaço é assim desorganizado e reorganizado a partir dos mesmos pólos dinâmicos. O fato de que a força nova das grandes firmas neste período científico-técnico traga como conseqüência uma segmentação vertical do território, supõe que se redescubram mecanismos capazes de levar a uma nova horizontalização das relações que esteja não apenas ao serviço do econômico, mas também do social.

Haveria, pelo menos, duas formas de se chegar lá: uma, através da intervenção sobre o cotidiano, seja o cotidiano dos indivíduos nas suas relações interpessoais, seja o cotidiano da produção. Na medida em que, nas áreas agrícolas, o território se especializa do ponto de vista produtivo, há então uma certa restauração da horizontalidade das relações territoriais, mas em benefício dos atores hegemônicos da economia. E há outra forma de restaurar a horizontalidade das relações territoriais, isto é, através do poder. No caso do Brasil, nós sabemos, porém, que haverá talvez apenas dois estados capazes de uma ação regional autêntica: São Paulo e o Rio Grande do Sul. Os outros estados por intermédio dos poderes neles constituídos são praticamente incapazes de regionalização. Como pensar, através de uma nova regionalização do poder, uma realização eficaz do poder político no sentido de superar a fragmentação vertical, e, através de uma horizontalidade recuperada, atribuir às porções do território desse modo atingidas um conteúdo não apenas econômico mas também social? Em países como o nosso, o progresso técnico e as suas condições sócio-políticas modificam as regiões em benefício de alguns atores hegemônicos, responsáveis por novas relações territoriais onde os nexos distantes primam sobre os nexos próximos e o interesse econômico sobre o interesse social. Para reverter a tendência, uma política territorial adequada

supõe a regulação social da atividade econômica. Por exemplo, o fato de que no Brasil uma nova Constituição tenha consagrado uma nova distribuição de ingresso fiscal entre as diversas entidades territoriais (União, estados e municípios) deve ser aproveitado, a partir dos ensinamentos históricos, para a instalação de uma sociedade mais redistributiva.

A América Latina sempre foi, desde os inícios de sua história européia, um continente aberto aos ventos do mundo, enormemente permeável ao novo, em todos os momentos. Daí a sua vulnerabilidade e a sua força. A aceitação mais fácil e mais pronta dos modelos de modernização lhe tem permitido saltar etapas, percorrendo em muito menos tempo caminhos que ao velho Continente exigiram uma lenta evolução. Por outro lado, esse processo de integração se tem dado à custa de enormes distorções do ponto de vista territorial, econômico, social e político. O período técnico-científico começa a se implantar no continente sob esses mesmos signos, ajuntando novas distorções às herdadas das fases anteriores. Pode-se, todavia, imaginar, neste novo período histórico, que é a fase das organizações e, também, a fase da inteligência, que será possível reverter essa tendência? Aí está, sem dúvida, um grande desafio para os povos latino-americanos e os seus intelectuais, voltados a pensar o futuro a partir das realidades do presente. O ponto central não é apenas a escolha das novas variáveis históricas, num mundo em que a modernidade se tornou irrecusável, mas a dosagem de sua combinação, não mais a partir dos imperativos da técnica, que se tornou subordinada à economia, mas a partir dos valores, o que ensejaria uma nova forma de pensar um porvir onde o social deixaria de ser residual e à economia seria atribuído um papel histórico subordinado, em benefício do maior número.